



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA

**IMPACTOS DA INDÚSTRIA CANAVIEIRA NO ÊXODO RURAL NO NOROESTE
PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 2000 E 2010:
UMA VISÃO A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL**

VICTORIA GALLETTI

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA

**IMPACTOS DA INDÚSTRIA CANAVIEIRA NO ÊXODO RURAL NO NOROESTE
PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 2000 E 2010:
UMA VISÃO A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL**

VICTORIA GALLETTI

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano de
Arte, Cultura e História da Universidade
Federal da Integração Latino-Americana,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em História – América Latina

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Endrica Geraldo

Foz do Iguaçu
2025

VICTÓRIA GALLETTI

**IMPACTOS DA INDÚSTRIA CANAVIEIRA NO ÊXODO RURAL NO NOROESTE
PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 2000 E 2010:
UMA VISÃO A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Endrica Geraldo
UNILA

Prof^a. Dr^a Ana Rita Uhle
UNILA

Prof. Dr. Clovis Antônio Brighenti
UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 2025

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Victória Galletti

Curso: História - América Latina

Tipo de Documento

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> artigo |
| <input type="checkbox"/> especialização | <input type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado | <input checked="" type="checkbox"/> monografia |
| <input type="checkbox"/> doutorado | <input type="checkbox"/> dissertação |
| | <input type="checkbox"/> tese |
| | <input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais |
| | <input type="checkbox"/> |

Título do trabalho acadêmico: Relação entre as migrações do meio rural para o urbano no noroeste paranaense e a indústria canieira

Nome do orientador(a): Endrica Geraldo

Data da Defesa: 12/12/25

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 2025.

Assinatura do Responsável

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga o êxodo rural nas décadas de 2000 e 2010 na região noroeste do Paraná, buscando compreender como a modernização da agricultura e a expansão da indústria sucroalcooleira, em particular, influenciam a vida dos pequenos produtores rurais migrantes. Para essa investigação, utilizo dados do IBGE que permitem elucidar o esvaziamento do campo e a proporção da ocupação das terras pela cana-de-açúcar na região e no período assinalados, além de reflexões teóricas sobre a relação campo-cidade e sobre a industrialização e urbanização da agricultura brasileira. Como metodologia, apresento uma discussão teórica sobre a importância da História Oral para a historiografia e realizo entrevistas com quatro colaboradores que relatam suas memórias sobre o trabalho como pequenos agricultores, as mudanças que eles presenciaram no meio rural e as motivações que os levaram a se mudarem para a cidade. A partir da análise dos dados, das reflexões teóricas e dos relatos, foi possível identificar as motivações para a migração dos colaboradores e traçar comparações com os aspectos socioeconômicos relacionados a modernização da agricultura e esvaziamento do campo em detrimento da urbanização, além de identificar e valorizar a importância da subjetividade presente nas narrativas para uma compreensão mais abrangente sobre os movimentos migratórios.

Palavras-chave: êxodo rural; modernização da agricultura; história oral; memória; pequenos agricultores.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONCEITOS E METOLOGIA.....	9
2.1 DADOS ESTATÍSTICOS.....	9
2.2 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: UMA APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS E DEBATES.....	14
2.3 MODERNIZAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO ATRELADAS À AGRICULTURA E AO MEIO RURAL BRASILEIRO.....	18
2.4 METODOLOGIA.....	23
3 MEMÓRIAS.....	27
3.1 UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA.....	28
3.2 DOS MOTIVOS PARA A MIGRAÇÃO.....	30
3.3 SOBRE AS PERCEPÇÕES DA VIDA RURAL EM COMPARAÇÃO COM A CIDADE.....	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
5 REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A finalidade da pesquisa apresentada neste trabalho de conclusão de curso é investigar alguns dos impactos do avanço da indústria canavieira nas décadas de 2000 e 2010, sobre a população rural na Região Noroeste do Paraná, sobretudo no processo migratório.

Esta pesquisa enfatiza especialmente as memórias dos trabalhadores sobre a migração e serve à compreensão das experiências vivenciadas pelos pequenos agricultores em virtude dos impactos da industrialização do campo no seu modo de vida e relação com o trabalho e com a terra. Para tal, compreendemos o êxodo rural como fenômeno inerente à industrialização da agricultura, sendo a indústria canavieira um representativo do quadro geral da realidade agrária brasileira atual.

A experiência migratória abordada nessa pesquisa foi vivenciada por mim e por minha família, constituindo uma motivação pessoal para compreender mais profundamente os fatores que influenciam a migração do meio rural para o urbano, especialmente aqueles relacionados ao avanço das agroindústrias.

Para realização da pesquisa entrevistamos dois casais que se mudaram para o pequeno município de São Manoel do Paraná depois de 2009, vindos da zona rural próxima à cidade. Sendo estes, meus avós, Antônio e Clarice, e Regina e Nivaldo, que também deixaram a zona rural para residir na cidade de São Manoel do Paraná. Os casos estudados apresentam suas particularidades: tratam-se de migrações de curta distância e os colaboradores, mesmo tendo deixado o campo, ainda possuem a terra e utilizam dela como forma de renda complementar à aposentadoria, no caso de Antônio e Clarice, ou às atividades realizadas na zona urbana, no caso de Regina e Nivaldo.

Os participantes foram convidados previamente para participar da pesquisa e se demonstraram dispostos a responder as perguntas e conversar sobre o assunto da pesquisa. As entrevistas foram realizadas na casa dos entrevistados, no dia 4 de agosto de 2024 com Clarice e Antônio e no dia 6 de agosto de 2024 com Regina e Nivaldo, foram gravadas e transcritas pela estudante. Foram feitas perguntas sobre como eram as condições materiais e de trabalho quando residiam na zona rural em comparativo à quando passaram a residir na cidade e sobre os motivos que os

levaram a deixar de residir no campo, investigando a possibilidade de voltarem e em quais circunstâncias.

Além do capítulo dedicado à análise das entrevistas, apresentamos também um capítulo voltado às discussões teóricas e metodológicas. Nele, abordamos os temas da relação entre campo e cidade, dos impactos processos de industrialização e urbanização no meio rural e da metodologia da História Oral, que se mostram centrais para a hipótese desta pesquisa. Utilizamos ainda dados do IBGE para evidenciar a dimensão do esvaziamento do campo e o avanço da indústria canavieira na região noroeste do Paraná, reforçando a relevância e atualidade do tema.

2 CONCEITOS E METODOLOGIA

A migração é um fenômeno inerente às sociedades humanas, que pode ocorrer em grandes ou pequenos contingentes de pessoas e ter inúmeras motivações, mas, como ressalta Gonçalves (2001), representa uma parte visível de acontecimentos muitas vezes ocultos. Nessa pesquisa tratamos de uma migração específica, a rural-urbana, qualificada como êxodo rural, um fenômeno bastante conhecido e estudado no Brasil. De acordo com Hartwig (2012), seu auge ocorreu na década de 1980, associado a uma intensa mudança na configuração econômica e social do país. No entanto, como assinalam Camarano e Abramovay (1999), o êxodo rural perdeu a importância entre os estudiosos do tema considerando que o meio rural já se encontra “esvaziado” e que esta seria uma fatalidade inerente ao processo de desenvolvimento do país. Portanto, pretendemos pensar esse conceito na atualidade, refletindo sobre os pequenos produtores que ainda resistem no meio rural e como se configuram as migrações que ainda vem ocorrendo.

Ainda que a intensidade do êxodo rural tenha sido reduzida ao longo do tempo, a população rural continua decrescendo. Foi registrado pelo PNAD em 2015 que apenas cerca de 15% da população brasileira reside na zona rural. E, segundo o Censo Agropecuário 2017, há apenas 15 milhões de produtores rurais, o que representa cerca de 7% da população total do país. A grandiosidade desse fenômeno, muito perceptível a partir dos dados censitários, evidencia os impactos da industrialização e da urbanização na população rural.

2.1 DADOS ESTATÍSTICOS

Ao investigar as relações entre o alastramento do agronegócio e a inviabilização do campo como local de moradia e trabalho para os pequenos produtores rurais, foi pertinente a elucidação desse fenômeno através de dados do IBGE de fatores como: a variação da população rural e urbana a partir dos anos 2000 e a situação da ocupação das terras destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar no caso específico do noroeste paranaense.

Os Censos Demográficos evidenciam o alto grau de urbanização do país nas últimas décadas. De acordo com o IBGE, em 2000, 81,25% da população do

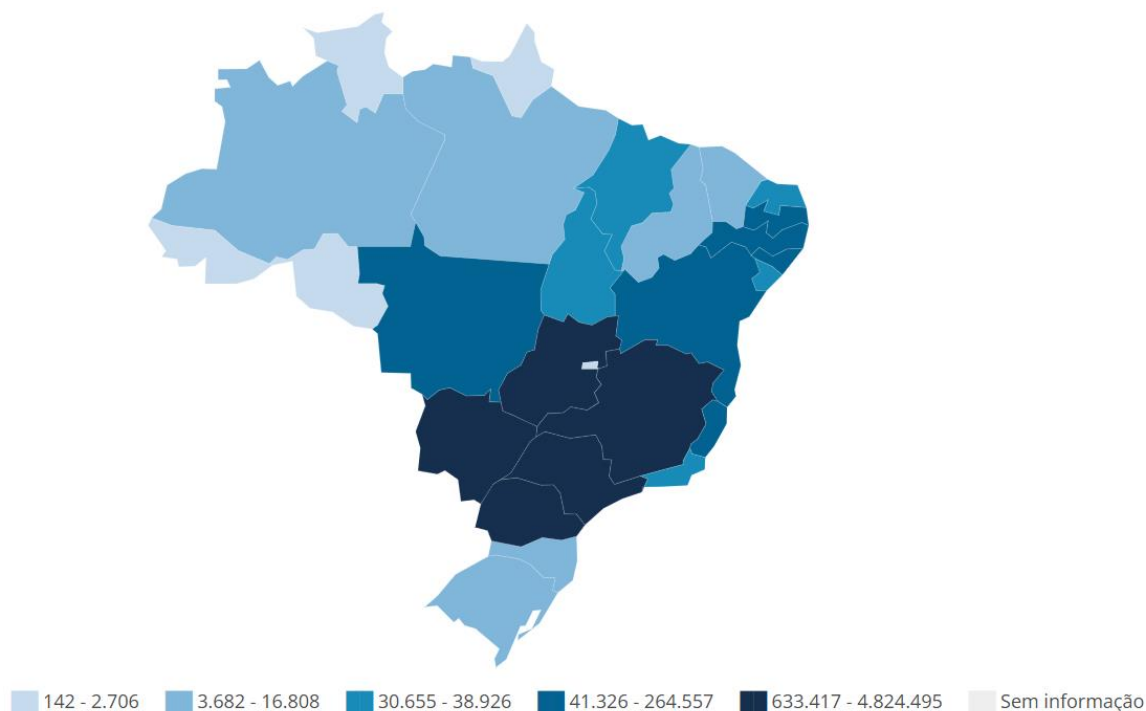
Brasil (137.953.959 pessoas) vivia em situação urbana e 18,75% (31.845.211 pessoas) em situação rural. Em 2010, 84,35% da população brasileira residia em situação urbana (160.879.708 pessoas) e 15,65% (29.852.986 pessoas) em situação rural. Nessa década, o crescimento da população urbana foi de 16,62% enquanto a população rural decresceu 6,62%. Já em 2022, a população urbana alcançou 87,4% (177.508.417 pessoas), enquanto a população rural caiu para 12,6% (25.572.339 pessoas), representando uma redução de aproximadamente 14,3% em relação a 2010. No Paraná, essa redução foi ainda mais expressiva: entre 2010 e 2022, o estado perdeu 268.626 habitantes na zona rural, uma queda equivalente a aproximadamente 17%.

Os cartogramas do Censo Agro de 2017 apresentam de forma didática a ocupação das terras destinadas ao plantio de cana-de-açúcar a nível nacional, estadual e municipal no ano de referência. Ao analisar o cartograma da cana-de-açúcar por área colhida no Brasil (Figura 1), percebemos que o Paraná está entre os estados com maior área destinada ao cultivo da espécie, com 633.417 hectares em 2017, ele ocupa a quinta posição no ranking do país.

Figura 1 – Cartograma da cana-de-açúcar - área colhida (ha), Brasil, Censo Agro 2017

Cartograma - Cana-de-açúcar do Brasil por Área colhida

em hectares



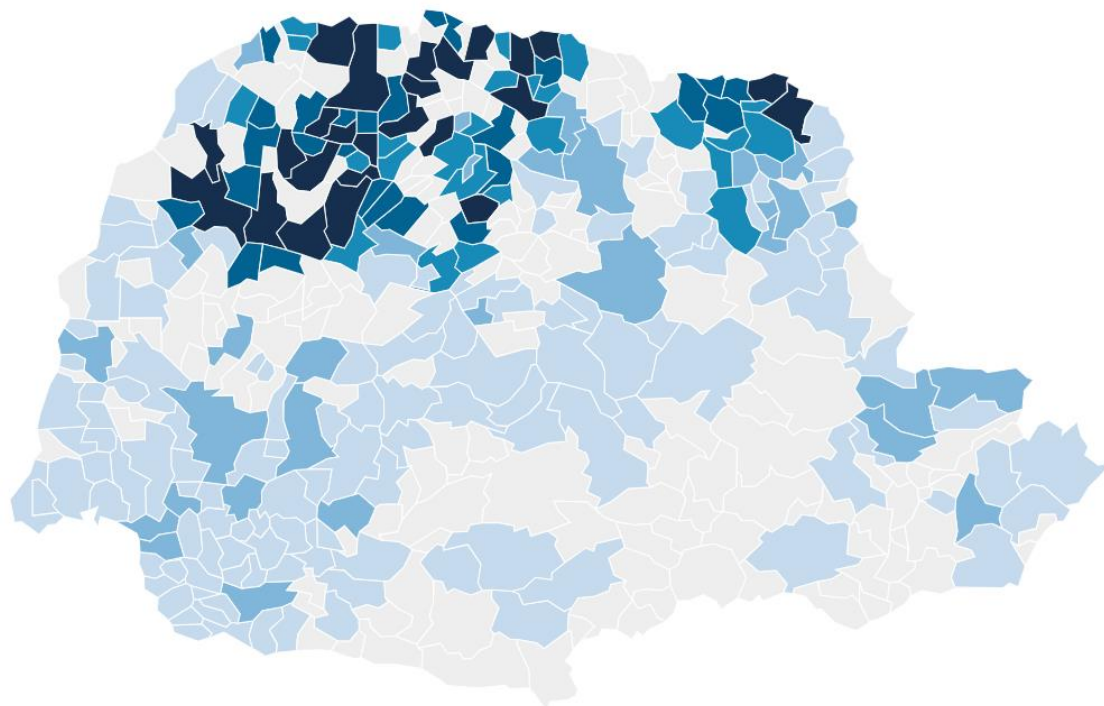
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017: cartograma da cana-de-açúcar por área colhida.

Notamos que a cana-de-açúcar representa uma atividade econômica de destaque no estado do Paraná. No entanto, ao analisar o cartograma que apresenta a área destinada ao plantio da espécie por municípios (Figura 2) fica evidente que a concentração ocorre nas regiões noroeste e norte do estado. Dentre os dez municípios com maior número de hectares colhidos de cana-de-açúcar no ano de 2017, sete pertencem a região noroeste do estado, dentre eles o município de Rondon, no qual se encontra a propriedade rural de Antônio e Clarice, que ocupa a segunda posição no ranking com 21.585 hectares.

Figura 2 - Cartograma da cana-de-açúcar - área colhida (ha), Paraná, Censo Agro 2017.

Cartograma - Cana-de-açúcar do Paraná por Área colhida

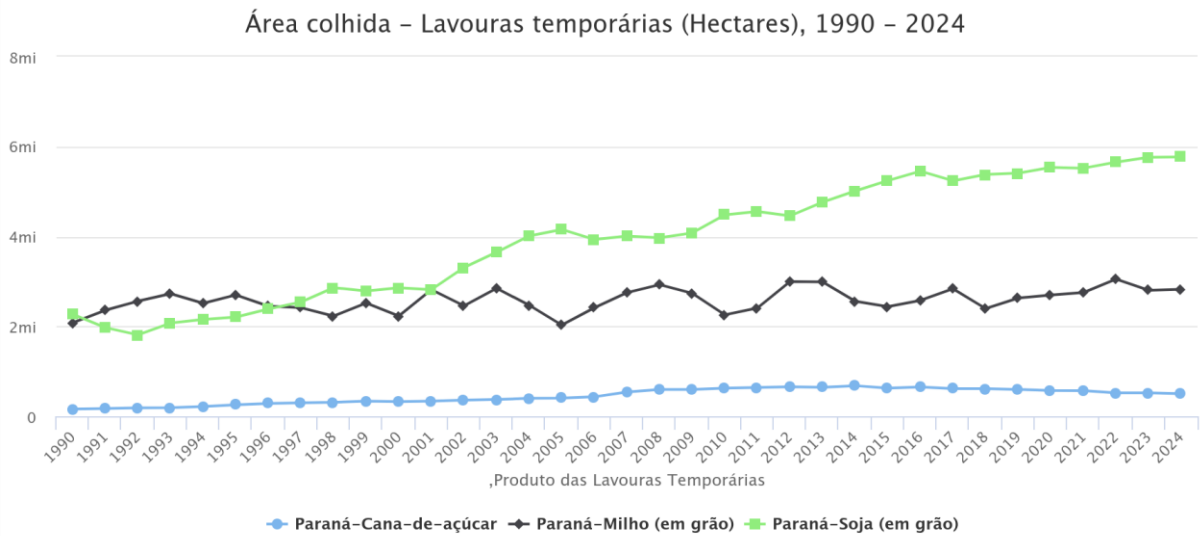
em hectares



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017: cartograma da cana-de-açúcar por área colhida — Paraná.

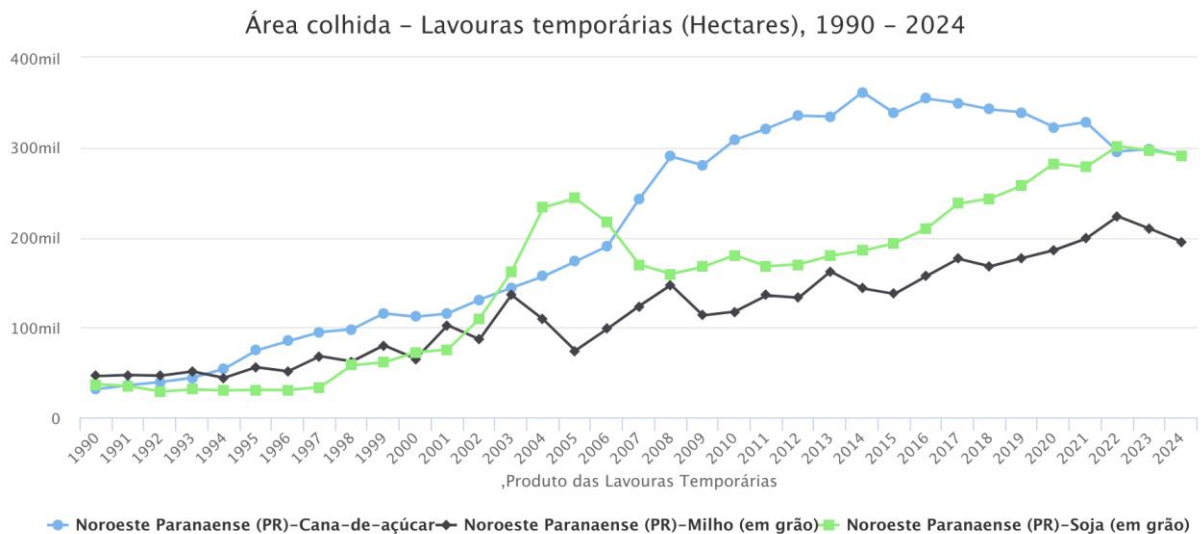
Os gráficos fornecidos pelas séries históricas da PAM (Figuras 3 e 4) serviram a compreensão da evolução da proporção da ocupação territorial das lavouras de cana-de-açúcar no Paraná e na região noroeste do estado no período de 1990 a 2024, em comparação à ocupação territorial das lavouras de soja e milho.

Figura 3 - Área colhida - lavouras temporárias (ha), Paraná, 1990 - 2024



Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal – Culturas temporárias e permanentes: séries históricas, 2024.

Figura 4 - Área colhida - lavouras temporárias (ha), Noroeste paranaense, 1990 - 2024



Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal – Culturas temporárias e permanentes: séries históricas, 2024.

A partir da análise desses gráficos notamos que, em comparação às lavouras de soja e milho, a cana-de-açúcar teve um avanço pouco expressivo quando consideramos a totalidade do estado do Paraná. Já na região noroeste do estado de 2007 a 2020 a ocupação da cana-de-açúcar despontou em relação a soja e ao milho.

A análise dos dados demográficos, dos cartogramas e das séries históricas sugere a relevância do tema desta pesquisa, evidenciando a diminuição

gradativa da população rural e o avanço do agronegócio. Os dados apontam que a cana-de-açúcar se destacou entre as atividades agrícolas da região noroeste do estado do Paraná, dessa forma, refletimos que juntamente às culturas de soja e milho, a cana-de-açúcar é um expoente do processo de modernização da agricultura baseada em latifúndios e em complexos agroindustriais. Além de grandes extensões de terra destinadas ao plantio da espécie, apenas na microrregião de Cianorte existem três usinas da Usina Santa Terezinha, nos municípios de Rondon, Cidade Gaúcha e Tapejara, e uma da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, em Jussara. A observação desses dados, portanto, contribui para a contextualização do cenário no qual os colaboradores desta pesquisa estão inseridos e para a compreensão das transformações vivenciadas por eles.

2.2 RELAÇÃO CAMPO E CIDADE: UMA APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS E DEBATES.

No âmbito das teorias, há diversos aspectos englobados pelo tema dessa pesquisa, os quais buscarei discutir, mesmo que superficialmente, a fim de apresentar uma reflexão interdisciplinar sobre o êxodo rural na atualidade. O tema da relação entre campo e cidade aparece em diversos trabalhos analisados para a realização dessa pesquisa. Esse tema serve como uma forma de introduzir, a partir da perspectiva dos autores utilizados, categorias que tangenciam o problema central desse trabalho: o motivo para migração do meio rural para o urbano na atualidade. Desse modo, antes de buscar entender as motivações dos indivíduos para essa migração é interessante apontar algumas discussões sobre a relação entre cidade e campo que aparecem nos trabalhos de Raymond Willians, de Débora Aparecida Tombini e de Paulo Roberto Alentejano. Vale ressaltar que os trabalhos mencionados são de áreas do conhecimento distintas, o que evidencia a preocupação com a interdisciplinaridade nessa pesquisa.

Raymond Willians, em seu livro, se propõe a analisar e relacionar à experiência histórica imagens e associações que persistem sobre a cidade e o campo, ideias generalizadoras que se cristalizaram no imaginário da sociedade em que analisa, a Inglaterra anterior e posteriormente à Revolução Industrial. De acordo com o autor:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtude simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações - de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso ignorância e limitação. (Willians, 1973, p. 11).

No entanto, de acordo com Willians, "o contraste entre campo e cidade enquanto formas de vida fundamentais remonta à Antiguidade Clássica. A realidade histórica, porém, é surpreendentemente variada" (Willians, 1973, p. 11). As formas de vida presentes no campo sempre foram plurais, desde as comunidades indígenas até as agroindústrias. Há um leque de modos de vida, de relação com a terra, com o trabalho e com a economia no meio rural, muitos deles não tendo nenhuma relação com essa visão estereotipada da vida campestre. O mesmo acontece nas cidades, que constituem diversas formas de vida, organização, economia e cultura.

Com a Revolução Industrial, experiências transformadoras ocorreram na configuração do campo e da cidade e em suas relações. Segundo Willians, na Inglaterra, isso ocorreu muito cedo e em grau acentuado, o que elucida a singularidade do caso inglês. Conforme o autor, a Revolução Industrial se baseou num capitalismo agrário altamente desenvolvido e, desse modo, o campesinato tradicional desapareceu muito cedo. Ele ressalta que, já na fase imperialista, apenas 4% dos homens economicamente ativos trabalhavam na agricultura e a Grã-Bretanha, antes de qualquer outra sociedade, já concentrava sua população predominantemente em áreas urbanas. (Willians, 1973, p. 12).

O autor se propõe a analisar as representações do campo e também da cidade em obras de literatura inglesa. Ele nota que, apesar da intensidade das transformações que ocorreram no campo e na cidade e na concepção dos mesmos, a literatura continuou predominantemente rural. (Willians, 1973, p. 12).

É interessante refletir que apesar de tratar de localidade e época distintas às analisadas nessa pesquisa, o trabalho de Willians evidencia que as queixas sobre as mudanças ocorridas no meio rural e no seu modo de vida são inerentes há vários processos de desenvolvimento social até mesmo anteriores ao capitalismo. No entanto, o desenvolvimento do sistema capitalista implicou mudanças drásticas no meio rural, o que foi muito marcante na Inglaterra pós-Revolução Industrial.

A partir da relação campo e cidade é possível refletir sobre como o campo se esvazia em detrimento do modo de vida urbano, almejado por suas melhores condições de vida, pelos acessos à serviços como saúde e educação e pelo conforto, e a relação dessa migração com alastramento do sistema e do modo de vida capitalista.

Essa reflexão aparece no trabalho Migração e relação campo-cidade, da área da Geografia, de Tombini, resumo realizado para o VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa durante o projeto de mestrado da autora, onde ela levanta tópicos importantes para a discussão sobre as migrações e as relações campo-cidade, como o próprio título do trabalho sugere.

Citando Ana Fani Alessandri Carlos, Tombini observa que:

A cidade representa a concentração das pessoas, local onde as mesmas procuram uma infraestrutura básica, serviços essenciais como educação, lazer, saúde, transporte, oferta de mercadorias, é o local da concentração do capital. Neste sentido, a cidade é uma condição histórica para o aparecimento do urbano como um modo de consumir, pensar e agir, é um modo singular de vida das pessoas (CARLOS, 2008 apud TOMBINI, 2014, p. 1).

Como ressaltado pelas autoras, o modo de vida urbano promete garantir aos seus moradores melhores condições de vida associadas também à lógica de consumo própria do sistema capitalista. A partir dessa lógica e da incorporação do modo de produção agrícola pela indústria, o esvaziamento do campo ocorre como uma consequência e uma causa do crescimento das cidades.

Ainda segundo as autoras, “a cidade constitui-se como a expressão material da sociedade” (2014, p. 2), há uma valorização específica dos territórios urbanos relacionada ao valor de uso e de troca e a disputa por esses territórios, ditada pelo mercado, gera conflitos e desigualdade. Além disso, “a cidade é o lugar onde acontecem os processos sociais, como a produção do capital e acumulação deste...” (2014, p. 3).

Ademais da reflexão sobre as migrações do meio rural para o urbano a partir da dicotomia campo/cidade, refletir sobre as transformações no meio rural devido à modernização e à industrialização do campo endossa a perspectiva dos fatores que impulsionaram e até atualmente impulsionam o êxodo rural. Tombini assinala que “a migração para a cidade ainda é um fato cotidiano, porém, em menor escala” (2014, p. 4) e que isso ocorre especialmente com os jovens camponeses que buscam por melhores condições de vida e trabalho. Apesar de a autora dar enfoque

às aspirações dos migrantes por melhores condições de vida ela também menciona as mudanças no meio rural como uma causa para o êxodo rural e as dificuldades na cidade em receber esse contingente populacional proveniente do êxodo (Tombini, 2014, p. 4).

Outro tópico ressaltado pela autora, de acordo com Marafon (2011, p. 155), é a iminência da migração reversa, da cidade para o campo. A modernização e a urbanização propiciaram na zona rural outros tipos de atividades comerciais não relacionadas à agropecuária, como turismo, lazer e prestação de serviços domésticos e especializados. O campo agora mais moderno e próximo à cidade em sua organização e modelo de comportamento (Soares, 2011 apud Tombini, 2014, p. 4) significou o surgimento de novos empregos e a facilitação da vida no campo e os moradores da cidade passam a almejar a vida no campo em busca melhor qualidade de vida e fuga dos problemas da vida urbana.

De acordo com essa perspectiva a dicotomia entre campo e cidade se dissolveu ao passo que o campo e a cidade foram se transformando, não havendo mais grandes distinções no modo de vida urbano e rural.

Em seu trabalho "As relações campo-cidade no Brasil do Século XXI", Paulo Roberto Alentejano apresenta uma revisão crítica de autores importantes que argumentam sobre a necessidade e o modelo ideal da Reforma Agrária, as quais buscamos apresentar a fim de ampliar a dominância sobre esse debate.

De acordo com o autor, o debate sobre a importância da reforma agrária "como uma política de reestruturação espacial das sociedades tem sido recolocado" (2003, p. 2). Para os defensores do sistema vigente, que beneficiam os grandes detentores de capital rural, a reforma agrária não traria nenhuma contribuição para a sociedade brasileira. Esses setores argumentam a favor da ampliação do processo de modernização vigente apoiando a classe dominante. Já os críticos dessa posição: Silva e Muller denunciam "o caráter socialmente perverso e caro desta modernização e preconizam medidas que promovam maior equidade social no campo e não dependam de recursos estatais hoje cada vez mais escassos" (2003, p. 2); Abramovay Romeiro e Veiga: "destacam o caráter parcial e localizado [...] deste processo de modernização baseado no latifúndio, contrapondo-o ao padrão europeu de modernização da agricultura calcado na produção familiar, para afirmar o caráter

econômico, social e ecologicamente mais justo deste último em relação ao primeiro" (2003, p. 2).

Alentejano aponta dois problemas nessas visões: 1 - a discussão se restringe ao universo da agricultura e do meio rural, por isso o autor ressalta a importância das relações atuais entre campo e cidade; 2 - "não há meio termo entre a modernização e a inviabilidade da agricultura familiar" (2003, p. 2), problemática que dificulta pensar novas estratégias de desenvolvimento considerando as condições atuais da agricultura.

Desse modo, o autor enfatiza a necessidade de inserir o agricultor e suas condições concretas no centro do debate sobre a Reforma Agrária. Para ele, tal esforço remete ao sentido original dos debates agrários, mas no sentido oposto, dado que hoje nos encontramos num processo distinto: a agricultura já se encontra altamente modernizada, a industrialização e a urbanização fortemente consolidadas, o que elucida novos desafios para pensar o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país. Um dos principais argumentos do autor é que o debate em torno da concepção de Reforma Agrária constitui uma discussão mais abrangente sobre o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil sendo a relação campo-cidade um aspecto fundamental para essa discussão.

2.3 MODERNIZAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO ATRELADAS À AGRICULTURA E AO MEIO RURAL BRASILEIRO

Em seu livro "Urbanização e mudança social no Brasil", Ruben George Oliven apresenta pertinentes discussões teóricas sobre o conceito de cidade e modernidade e analisa as dimensões sociais do processo de urbanização no Brasil. O autor critica as visões dicotômicas de campo e cidade, denunciando modelos à-históricos e lineares baseados em teorias evolucionistas e, assim como Williams, evidencia que essas dicotomias são limitadas para compreender as pluralidades existentes nesses dois tipos de sociedade. Essas visões atribuem características universais ao processo de urbanização e não contemplam a diversidade de atributos culturais, religiosos e sociais presentes nas sociedades tanto rurais quanto urbanas.

Ao analisar os diferentes enfoques para o estudo da cidade sociologicamente, Oliven ressalta que é errôneo "atribuir à cidade o poder de induzir

mudanças sociais e culturais" (2010, p. 24). Essa perspectiva, como argumenta o autor, teve grande prestígio na Ciências Sociais, principalmente nos Estados Unidos e "se constitui num exemplo de uma ideologia cujo propósito é justificar o estado de desenvolvimento da sociedade mais adiantadas e o de subdesenvolvidos das sociedades mais atrasadas encobrendo verdadeiras causas dessa situação" (2010, p. 24). De acordo com o autor, a visão dicotômica que enxerga um *continuum* entre o rural e o urbano, se assemelha a tese da modernidade que enxerga também um *continuum* entre o tradicional e o moderno. Nesse aspecto, uma das críticas apontadas pelo autor para a tese da modernidade é a de que:

a história não se constitui numa sucessão linear, mas que ela está permeada por avanços, recuos e estagnações e é impregnada de contradições. É importante ter em mente que a esfera socioeconômica e a cultural não mantêm uma relação de linearidade do tipo mecanicista. Assim como mudanças socioeconômicas não implicam automaticamente em mudanças culturais, também pode haver a ocorrência de mudanças culturais que não afetam diretamente a esfera socioeconômica"

No capítulo IV desse livro, intitulado "Dimensões Sociais do Processo de Urbanização no Brasil", Oliven apresenta um panorama sobre o processo de urbanização no caso brasileiro. Essa análise é interessante por apresentar uma perspectiva histórica anterior a análise feita por Graziano da Silva, que apresentaremos posteriormente. O enfoque do autor prioriza a compreensão do desenvolvimento de uma sociedade urbano Industrial capitalista considerando que este acarreta mudanças econômicas políticas sociais e culturais que afetam diferentes classes sociais.

De acordo com perspectiva do autor compreendemos que "a formação de um modo de produção urbano-industrial capitalista no Brasil está ligada ao enfraquecimento da economia colonial e o surgimento de uma economia de mercado" (Oliven, 2010, p. 58). O autor assinala que, a partir da segunda metade do século XIX, com o crescimento das exportações de café, houve um aumento da mão-de-obra na agricultura voltada para exportação impactando atividades de subsistência e manufatura. No entanto, a primeira fase expressiva da industrialização no Brasil ocorreu na última década do século XIX "com o aparecimento de indústrias alimentícias e têxteis de substituição de importações e com atividades complementares a importação e exportação" (Oliven, 2010, p. 59).

A partir da década de 30, com os impactos da crise de 1929 na produção de café e a interrupção da importação devido a Segunda Guerra Mundial,

“partes do incidente criado pelas oligarquias agrárias foi usado para iniciar um novo processo de industrialização, embora os privilégios destas oligarquias tenham sido mantidos sob uma forma alterada” (Oliven, 2010, p. 61). O autor aponta que a criação da legislação trabalhista, em 1943, foi estabelecida também como parte de um novo arranjo político afim de manipular as massas urbanas para mantê-las sob controle. Legislação esta que só se aplicava as áreas urbanas, proporcionando melhores condições de trabalho aos assalariados da cidade e servindo como mecanismo para atrair a massa rural que "passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-de-obra ou, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva" (Singer, 1972, p. 122 apud Oliven, 2010, p. 63).

Oliven aponta que “o gradual deslocamento da economia brasileira de um eixo agrário para um eixo industrial não ocorreu em oposição aos interesses rurais, sendo ao contrário frequentemente associado a eles”. Ele cita Ianni, que considera a consolidação do Estado Novo em 1937 e o governo de Kubistchek como dois importantes momentos que constituem a vitória do urbano sobre o rural. A partir de 1956, o poder político passou em maior escala às mãos da burguesia industrial e “a indústria, como categoria econômica, política e cultural, passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios” (Ianni, 1971, p. 172 apud Oliven, 2010, p. 64). Como assinala Oliven, mesmo que o setor agrário ainda seja forte, o setor industrial se tornou mais dinâmico e hegemônico. Essa visão é complementada com a análise do trabalho de Graziano da Silva onde ele argumenta sobre a incorporação da agricultura pelo modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

A partir do artigo “A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira”, de José Graziano da Silva, publicado em 1993 — uma versão de um trabalho mais amplo apresentado ao projeto Iris/Desep-CUT —, é possível realizar uma análise dos significados e desdobramentos dos processos de modernização, industrialização e urbanização da agricultura brasileira.

De acordo com o autor, o processo de industrialização da agricultura, que ocorreu em meados da década de 1960, “representa uma mudança qualitativa fundamental no longo processo de transformação da sua base técnica — chamado de modernização — que vinha sendo impulsionado por incentivos governamentais desde

o pós-guerra” (Graziano da Silva, 1993, p. 2). O autor ressalta a influência dos incentivos governamentais no processo de modernização da agricultura brasileira.

Os três setores que integram os complexos agroindustriais (CAIs), formados nos anos 1970 — “as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura moderna propriamente dita e as agroindústrias processadoras” — receberam fortes incentivos de políticas governamentais específicas (Graziano da Silva, 1993, p. 2). Essa integração teve o seu auge no final da década de 1970 e resultou:

numa verdadeira orquestração de interesses agrários, industriais e financeiros [...] impondo profundas transformações na concentração e centralização dos capitais aplicados no setor agrário, bem como na propriedade da terra e no plano das relações políticas com o Estado. (Graziano da Silva 1993, p. 3).

O autor ainda assinala que:

essas mudanças se refletem na própria composição do Estado, que passa a ser literalmente apropriado não apenas pela burguesia enquanto classe proprietária dos meios de produção, mas por grupos de interesses específicos deste ou daquele ramo de atividades, forçando uma ‘balcanização’ do próprio aparelho governamental (Graziano da Silva, 1993, p. 3).

De acordo com Graziano da Silva, a característica fundamental da modernização conservadora da agropecuária no Brasil é o seu caráter excludente. Isso porque, apesar da implantação dos CAIs, de acordo com os dados censitários até 1985, apenas 10% dos estabelecimentos agropecuários do país estariam integrados nessa moderna maneira de produzir, além disso os produtores integrados são majoritariamente médios e grandes e estão localizados predominantemente nas regiões centro-oeste e Sudeste e Sul. (Graziano da Silva, 1993, p. 4).

O autor ressalta que as tendências quanto a consolidação dos CAIs:

maior concentração da produção e centralização dos capitais conjugados à maior integração para trás com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos e com segmentos modernos do setor serviços, respondem também por um processo crescente de subordinação do trabalho ao capital. (Graziano da Silva, 1993, p. 4).

O que culmina no processo de proletarização e diferenciação do campesinato e na reformulação dos produtores familiares que introduzem a tecnificação no seu modo de produção, mas continuam sendo pequenos produtores.

O processo de proletarização expropria os trabalhadores que ainda mantêm vínculo produtivo com a terra e aumenta o contingente de assalariados permanentes devido à demanda de qualificação pelos segmentos mais modernos do campo, do crescimento das atividades administrativas e de prestação de serviços e

da redução da sazonalidade do trabalho principalmente nas atividades que utilizam mais mecanização na colheita. (Graziano da Silva, 1993, p. 5).

Com relação a diferenciação do campesinato o autor observa uma polarização crescente:

de um lado, perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero o local de moradia ou, quando muito, de produção para autoconsumo da família; de outro, tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menor os níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo. (Graziano da Silva, 1993, p. 5).

Desse modo o autor conclui que a industrialização da agricultura impõe uma crescente urbanização da população rural. Ele também evidencia que muito se diz sobre o alto desempenho do ponto de vista produtivo da agropecuária brasileira especialmente na crise dos anos 80. "Mas, pouco se fala sobre o resultado social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente que aumenta ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo" (Graziano da Silva, 1993, p. 7).

Sobre os movimentos migratórios, o autor ressalta que, a partir dos anos 80 houve uma redução nas migrações inter-regionais, especialmente do Nordeste para as grandes metrópoles, e um aumento das migrações intrarregionais onde "a origem continua sendo predominantemente rural, mas o destino passou a ser tanto as grandes metrópoles regionais como as pequenas e médias cidades do interior". (Graziano da Silva, 1993, p. 7).

O trabalho de Graziano da Silva também apresenta historicamente a distribuição da renda no campo. De acordo com o autor, nos anos 70, houve um aumento da desigualdade, o que quer dizer que os ricos, como os grandes proprietários e os usineiros, ficaram mais ricos. No entanto, a pobreza no campo diminuiu e isso ocorreu porque o campo expulsou os seus pobres para as cidades. Já nos anos 80, a desigualdade continuou a crescer, mas os pobres se tornaram ainda mais pobres, o autor expressa que:

se tomarmos o indicador de insuficiência de renda, resulta que os pobres do campo necessitavam de um aumento de 45% na renda que percebiam em 1981 para deixarem de ser considerados pobres; em 1990, esse aumento tinha que ser de 78% (Graziano da Silva, 1993, p. 9).

O autor cita também um estudo da FAO — Food and Agriculture Organization — de 1992 que evidencia que as políticas do governo para o combate à pobreza rural não cumpriram com os seus propósitos.

Esses programas refletem a crise dos modelos de administração nascidos basicamente da integração de financiamento nacional e estrangeiro para enfrentar com instrumentos estritamente compensatórios a pobreza no meio rural. Tais modelos são insuficientes uma vez que a pobreza é gerada por uma distribuição fortemente desigual dos fatores de produção, aguçada historicamente por uma combinação de políticas macroeconômicas e agrícolas que reforçaram a natureza excludente do modelo de desenvolvimento (FAO, 1992, p. 100 apud Graziano da Silva, 1993, p. 10)

A partir das reflexões apresentadas pelos autores, é possível compreender a dimensão histórica e social do processo de modernização conservadora da agricultura que culminou em uma mudança expressiva no meio rural. Além de refletir sobre o papel do Estado na implantação do modelo de industrialização e urbanização, na consolidação dos CAIs e na falta de políticas públicas para amenizar as desigualdades provenientes da implantação do modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil.

2.4 METODOLOGIA

A escolha pela metodologia da História Oral se mostrou indispensável para abordar o tema da migração do meio rural para as cidades, uma vez que, para compreender melhor o assunto, sempre me pareceu fundamental conhecer a realidade de trabalhadores rurais que vivenciaram esse processo. Por meio dessa abordagem, é possível não apenas identificar os aspectos socioeconômicos relacionados às migrações, mas também perceber como as mudanças no modo de vida e de trabalho afetam os indivíduos e influenciam no processo migratório.

Serviram a esta pesquisa reflexões no âmbito da História Oral para contextualizar o tema abordado na produção historiográfica à qual esta pesquisa busca contribuir. A partir dessas reflexões é possível, como aponta Ferreira (2002), reforçar a crítica à concepção de que o conhecimento histórico há de ser objetivo, embasado em fontes “oficiais” das quais o historiador esteja temporalmente “distante”.

As migrações são fenômenos que podemos acessar quantitativamente por meio dos dados censitários e qualitativamente através do contato com os sujeitos que vivenciaram esse processo. A partir dos dados quantitativos e estatísticos, é possível visualizar a dimensão desse evento migratório visto de cima, permitindo realizar comparações com o avanço da agroindústria e o conseqüente esvaziamento do campo. As entrevistas, por sua vez, ao privilegiarem a

memória e a oralidade como fontes historiográficas, possibilitam compreender de maneira mais profunda e subjetiva os motivos da migração dos pequenos agricultores, evidenciando também os impactos do avanço da agroindústria em seu cotidiano e na decisão de migrar. Portanto, destacamos a relevância dos conceitos de subjetividade e memória para este estudo e nos embasamos nos trabalhos de Fontes (2020) e Portelli (1996) para apresentar e discutir brevemente sobre tais conceitos.

No artigo de Paulo Fontes, “História oral e história social do trabalho”, no qual discute sobre os imigrantes nordestinos em São Paulo entre os anos 1940 e 1960, o autor discorre sobre a relação entre a história social do trabalho, cujos principais agentes e objetos são os grupos subalternos, e a história oral, apontando que ambas emergiram concomitantemente no mundo anglo-saxão entre as décadas de 1960 e 1970. O estabelecimento da História Oral no campo da pesquisa em História deu ênfase ao estudo e a valorização das minorias sociais, mas não apenas em organizações e lideranças políticas, também expandiu o interesse nos aspectos culturais e cotidianos desses sujeitos. “A História Oral, tanto como uma metodologia de pesquisa, quanto como uma prática de campo parecia fazer o casamento perfeito com a história do trabalho”. (Fontes, 2020, p. 81). Isso porque esse método possibilita a análise sobre os “esquecidos pela história”, além de elucidar perspectivas que muitas vezes não são abordadas em trabalhos embasados em outras metodologias.

Dentre os desafios para a consolidação da História Oral na historiografia, Fontes ressalta as críticas realizadas sobretudo pelos historiadores do trabalho. De acordo com o autor, “a principal crítica era baseada numa forte desconfiança da memória como fonte histórica legítima e digna de confiança” (2020, p. 83). Esses historiadores também questionavam a concepção da história oral como instrumento de democratização da história, argumentando que a ideia de que as minorias naturalmente têm uma fala mais autêntica desconsidera que as memórias populares também sofrem influência das narrativas dominantes e, portanto, exigem uma interpretação crítica rigorosa para que possam ser utilizadas como fontes confiáveis.

O posicionamento dos historiadores italianos no fim dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, como ressalta Fontes, representou a resposta mais pertinente a essas críticas. Autores como Luisa Passerini e Alessandro Portelli avançaram na compreensão da oralidade e da memória como fontes historiográficas,

ressaltando sobretudo a valorização da subjetividade dos relatos e a relevância dessa metodologia justamente por trabalhar menos com eventos e mais com impressões e significados elaborados pelos sujeitos que vivenciaram esses eventos.

Em seu artigo "A Filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais", Portelli argumenta que a distinção entre a filosofia e os fatos no âmbito das memórias das fontes orais compreende ilusoriamente o testemunho oral "como uma tomada de consciência imediata, de primeira mão, autêntica, fiel à experiência histórica" (Portelli, 1996, p. 1) e segmenta o trabalho historiográfico entre a materialidade da fonte e a intelectualidade do historiador. Essa concepção atrela-se à ambígua utopia da objetividade tanto da fonte quanto do cientista, que desconsidera as características subjetivas dos relatos.

O autor apresenta pertinentes argumentos sobre a utilização da subjetividade como fonte histórica por fornecer uma perspectiva mais completa sobre os eventos históricos a partir dos relatos individuais sendo possível também identificar estruturas e processos nas narrativas que vão além do individual.

Portelli ressalta ainda que, mesmo que a interpretação esteja sujeita ao engano, ela é fundamental na construção da narrativa e, desse modo, compreende-se o distanciamento dos relatos da objetividade e sua aproximação à individualidade, onde o protagonista da história é a consciência do próprio narrador. As concepções do autor agregam à esta pesquisa não apenas a justificativa da utilização da metodologia da história oral, como também a crítica à própria construção do conhecimento historiográfico.

Desse modo e complementando essas reflexões no âmbito dos processos migratórios, aos quais nos dedicamos nesse trabalho, como aponta Paulo Fontes, "as entrevistas de História Oral também permitem ao pesquisador captar mecanismos de diferenciação mais sutis na experiência migratória" (2020, p. 92) e

a valorização da experiência e da memória nos mostra como, mesmo inseridos em processos econômicos políticos e sociais sobre os quais tinham pouco ou nenhum controle, os migrantes são agentes do seu próprio movimento e tiveram papel decisivo na moldagem do próprio processo migratório (2020, p. 90).

Raymond Willians, o qual já mencionamos por ele discutir, num período bastante anterior ao desse trabalho, temas que abordamos e refletimos, discorre também sobre o caráter impessoal de sua pesquisa, o qual valorizamos. "Antes de ter lido qualquer descrição ou interpretação das mudanças e variações das

comunidades e formas de vida, eu as vi concretamente, em ação, com uma clareza inesquecível” (Willians, 1993, p. 13).

O autor demonstra a subjetividade da sua pesquisa, na qual nos inspiramos por compartilharmos da mesma condição de oriundos do campo e transitando entre cidades, na busca de entender essas vivências e a relação entre elas, “enquanto experiência e enquanto problema” (1973, p. 15). Willians deixa claro, ao falar sobre seu livro, que:

Ainda que frequente e necessariamente ele adote procedimentos impessoais de exposição e análise, há sempre, por trás de tudo, um ímpeto, um engajamento pessoal. E como a relação entre campo e cidade não é apenas um problema objetivo e matéria de história, como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa. (Willians, 1993, p. 13).

Desse modo, e encorajados pelas reflexões do autor, destacamos que o interesse pelo tema dessa pesquisa vem da vivência e da realidade da estudante. Um tema que muitas vezes, no âmbito da universidade me instigou, muitas vezes pela falta na sua abordagem e pelas abordagens que muitas vezes não valorizam a percepção dos indivíduos que vivenciaram a realidade do pequeno produtor familiar. Esse problema é elucidado na crítica de Alentejano:

O grande salto no debate atual da questão da reforma agrária deve ser a inserção do agricultor no contexto da discussão do modelo de desenvolvimento a ser implantado no país, o que significa retomar, de certa forma, mas em direção oposta, o sentido original dos debates agrários que de algum modo se perderam ao longo do tempo, de modo contraditório, uma vez que isto se dava ao mesmo tempo em que a agricultura se industrializava e a sociedade se urbanizava. Isto, ao contrário de fazer com que os debates acerca dos rumos do agro se integrassem cada vez mais às discussões acerca do modelo de desenvolvimento, transformou-os em secundários, como se os processos agrários passassem a ser um mero resultado da dinâmica urbano-industrial, perdendo suas especificidades (Alentejano, 2003, p. 27).

Essa crítica evidência as tendências dos debates acadêmicos a priorizar a realidade urbana, o que acreditamos estar relacionado, sobretudo, ao distanciamento dos acadêmicos da realidade dos pequenos produtores rurais familiares. Portanto, nesse trabalho, buscamos compreender a realidade desses pequenos produtores rurais e o motivo do abandono do seu modo de vida e atividades agrícolas através da realização entrevistas e da apresentação dos resultados destas de modo que a subjetividade e a narrativa desses indivíduos seja o foco principal.

3 MEMÓRIAS

Considerando que, Clarice e Antônio são meus avós e Regina e Nivaldo são os pais de uma amiga, é importante assinalar que, a proximidade com os colaboradores influenciou positivamente para que eles aceitassem participar da entrevista, principalmente no caso dos meus avós, pois acredito que eles não aceitariam participar de uma entrevista com alguém que não conhecessem. Além disso, os colaboradores demonstraram se sentir à vontade para falar de sua história e compartilhar suas memórias por estarem com alguém conhecido e que compartilhou da vivência no campo. Nesse aspecto ressaltamos que, Fontes explicita a importância da articulação de redes para contatar potenciais entrevistados o que pode determinar o desenvolvimento da investigação e de seus resultados. O autor aponta que, em sua pesquisa, o fato de ter sido apresentado pela Associação de Trabalhadores Aposentados da Indústria Química forneceu-lhe um contato privilegiado com os antigos trabalhadores da Neo Química. Além disso, a proximidade com os entrevistados pelo fato de ele também ser filho de migrantes nordestinos, o que ele faz questão de deixar claro logo no início das entrevistas, minimizou os estranhamentos e possíveis desconfortos durante os depoimentos.

A duas entrevistas realizadas foram conduzidas de maneira conjunta, nas quais cada casal participou simultaneamente da conversa e as respostas foram construídas em interação, considerando que a migração e grande parte de suas vivências no mundo rural foram compartilhadas por eles enquanto casais. No entanto, isso não exclui a individualidade presente em seus relatos que também sinalizam a subjetividade e a dimensão pessoal nas construções narrativas. No relato de Clarice sobre o seu sentimento de saudade em relação ao sítio, o reconhecimento da individualidade da sua percepção em comparação a de seu companheiro fica evidente: “Mas é que a gente sente saudade do sítinho. E eu sinto ainda. Agora ele aí tem que ver ele que fala”. Ao analisar um dos depoimentos citados em seu artigo que contém um posicionamento semelhante ao de Clarice, Portelli argumenta que “Este procedimento reconhece, por um lado, os limites da percepção individual, mas, pelo outro, baseia neles a autoridade da narração (Portelli, 1996, p.5).

3.1 UM POUCO DA HISTÓRIA

As entrevistas foram realizadas nos dias 4 e 6 de agosto de 2024 Antônio e Clarice e com Regina e Nivaldo, respectivamente e iniciadas convidando os participantes a contar um pouco sobre a sua história e sobre a sua família: de onde vieram, com o que a família trabalhava, como era a relação com os pais sobre o incentivo aos estudos e ao trabalho, a partir de quando começaram a exercer as atividades agrícolas, se tinham terra própria ou se trabalhava em terra de outros e sobre como era a questão do trabalho agrícola e doméstico.

Os quatro entrevistados são filhos de agricultores que vieram de outro estado para trabalhar no Paraná nas lavouras de café e trabalhavam desde pequenos na roça e, no caso das mulheres, cuidando da casa, das roupas e das refeições da família. Clarice conta que: “Desde meus oito anos eu trabalho na roça. [...] Eu ia pra roça, é colher café, é plantar feijão, é carpi lavoura, sabe?”. Ela conta que seu pai trabalhava ganhando porcentagem no que plantava na propriedade de outra pessoa e que depois de um bom tempo ele conseguiu adquirir sua terra própria, ela declara que: “Depois disso aí nós... aí começou a luta, né? De nós trabalhar, ajudar ele”. A família de Antônio também demorou para conseguir a terra própria, como ele relata: “Tinha depois que nós já era tudo adulto, conseguimos comprar a propriedade. Mas antes só trabalhava na propriedade dos outros”.

Antes de se casarem, tanto Regina e Nivaldo como Clarice e Antônio trabalhavam para a família, sem receber por isso. O trabalho era familiar, onde todos os membros da família cuidam do mesmo negócio e da mesma casa, o que fica evidente no relato de Regina: “O que a gente fazia era tudo da família. Aí depois que eu casei eu continuei morando no mesmo sítio, né? Só que daí o que a gente fazia era pagava a renda”. E como Nivaldo complementa: “Era porcentagem. Pagava a meia. Mas antes, quando eu era solteiro, eu trabalhava e dava dinheiro tudo pro pai, não pegava nada. Era só uns troquinhos para sair e mais nada”. Regina e Nivaldo depois de um tempo herdaram um pedaço da terra dos pais, o que não aconteceu com Antônio e Clarice que, depois de casados e com filhos, se mudaram de cidade e trabalharam de empregados na terra de outros com o intuito de juntar dinheiro e conseguir comprar sua terra própria.

Quando indagados sobre as dificuldades de quando moravam no sítio, Antônio comenta: “Conforto não existia nenhum” e Clarice complementa:

Conforto não existia. Nós não tinha água encanada, nós não tinha luz, tudo era de lamparinha. Era difícil. A gente gosta do sítio, mas que o sítio antigamente, pra gente era meio difícil. Na verdade, que agora também já tá mais melhor, né? Que você vai morar num sítio, você tem luz, você tem água encanada, né?

Regina também recorda:

Quando a gente era criança, não, não tinha eletricidade. A dele [Nivaldo] ainda teve antes, e um motor, energia a motor. Eu que eu lembro a energia foi quando a gente mudou aqui e eu acho que foi, foi nos anos 80. [...] Agora eu, acho que foi... Eu tinha uns 15 anos quando colocou energia na minha casa. Antes a gente tinha televisão, era bateria. A luz era lamparina. [...] Banheiro, não tinha banheiro dentro de casa, banheiro era fora, né? Falava mitório naqueles tempos, né?

Na questão do acesso e do incentivo da família à educação percebemos algumas semelhanças para os quatro colaboradores, no caso de Antônio e Clarice que são mais velhos, a dificuldade era maior para ir à escola, eles mal completaram o primário. Clarice relata:

O pai queria que ia na escola. Só que quando tava muito apertado no trabalho, né, aí ele não gostava muito que nós íamos não. Porque, às vezes, tinha um tempo de colheita, né, tem um tempo meio difícil, meio apertado pra fazer. Ele não gostava muito, não. Mas, mesmo assim, ainda ele... Tinha dia que ele falava, ‘Não, não compensa ficar aqui pra não estudar. O certo mesmo é estudar.’ Só que aqueles tempos era meio difícil pra gente estudar, né?

Já Regina conta que:

Não teve nenhum incentivo pra estudo, não. Nenhum, nenhum. O que a gente estudou foi por conta própria, por vontade da gente mesmo. Porque eles não incentivavam, porque falava assim que ‘Se todo mundo estudasse e fosse para a cidade, quem que ia cuidar da roça?’. Era o pensamento deles, né? Porque não tinha aquela visão de tanto maquinário que ia ter depois e que todo mundo ia precisar de estudo. Tanto é que a gente fez o contrário, né? Com os filhos da gente, a gente fez de tudo pra estudar. [...] Eu fiz o primário na idade certa. Aí depois parei de estudar, aí com... acho que 15 anos eu voltei pro ginásio por muita teimosia. Eu voltei, aí terminei, fiz até o ensino médio.

E Nivaldo compartilha da mesma situação “Estudou o que tinha que estudar só um pouquinho, mas incentivo também não tinha, mais era pra trabalhar, o incentivo era pra trabalhar”. Ele completou a sétima série, mas abandonou os estudos na oitava e não chegou a concluir o ensino médio.

Sobre o trabalho no campo, Antônio e Clarice declaram ter trabalhado muito e Clarice utiliza da palavra “luta” para definir especialmente a época em que trabalhava ajudando o pai. No entanto, eles demonstram satisfação na realização do seu trabalho, nas palavras de Clarice: “eu sentia bem no meu serviço, que eu gostava”.

Para Regina, na época em que morava com os pais, a quantidade de trabalho doméstico era muito maior, ela relata que:

E a minha família é dez irmãos. Então, pra ter uma ideia, todo mundo ia trabalhar na roça e quem ficava em casa se lascava, lavar toda a roupa, fazer comida pra todo mundo e tinha que fazer tudo na hora certa, né? Almoço era dez horas, duas horas já era o café da tarde e a hora que chegava tinha que a janta tá quase pronta, né?

A partir das memórias apresentadas é possível identificar alguns elementos importantes para refletir sobre as condições de vida no meio rural que diferem da realidade dos centros urbanos, e sobre as diferenças entre a geração dos casais e a percepção deles sobre o trabalho. Os colaboradores relatam sobre a falta de acesso à energia e saneamento básico. No caso de Regina e Nivaldo a falta de eletricidade ocorreu quando eles eram crianças, Regina menciona que acredita que com 15 anos ela passou a ter energia elétrica. Já para Clarice e Antônio que são 17 anos mais velhos, quando adquiriram a propriedade em que se estabeleceram até se aposentarem, por ser uma área mais afastada da cidade, a energia elétrica chegou depois que eles já estavam casados e com filhos. Com relação ao acesso à educação no caso de Regina e Nivaldo havia pouco incentivo, mas a dificuldade no acesso aos estudos não é mencionada, como é o caso de Clarice. Essa maior dificuldade no acesso à educação para Clarice e Antônio pode estar relacionada tanto ao aspecto geracional, como ao fato de que Regina e Nivaldo moravam relativamente próximos à cidade e não necessitavam percorrer um longo caminho para chegar na escola. Sobre a percepção de Clarice e Regina do trabalho é interessante refletir sobre a revelação de satisfação no desempenho laboral por Clarice, enquanto Regina não hesita em declarar como era muito maior a quantidade de trabalho doméstico comparado a atualmente.

3.2 DOS MOTIVOS PARA A MIGRAÇÃO

Clarice e Antônio na data da entrevista tem 73 anos, ao passo que, Regina e Nivaldo estão com 56 anos. Antônio e Clarice se mudaram para a cidade quando já tinham se aposentado como lavradores, como relata Antônio: “Comecei a trabalhar aos 11 anos e me aposentei com 60, na roça. [...] Eu aposentei no ano que nós mudou para cá”. Já Nivaldo e Regina se mudaram para a cidade com pouco mais

de 40 anos. Quando eles deixaram de residir na zona rural eles já realizavam outras atividades para obtenção de renda que não a agropecuária. Regina relata: “Eu já estava trabalhando com costura, daí eu continuei costurando”. E Nivaldo quando se mudou para a cidade passou a exercer outra atividade: “Aí no final de 2009 eu comecei a mexer com pintura. Aí estou até hoje mexendo com pintura e a chácara agora, os dois serviços”.

Levando em consideração a diferença de idade dos dois casais refletimos sobre uma diferença geracional. Quase 17 anos mais novos que Antônio e Clarice, Regina e Nivaldo sentiram mais cedo a necessidade de realizar outras atividades para complementar a renda que obtinham da agropecuária. O relato de Regina evidencia essa condição:

Mas como, acho que todo mundo sabe, que com tantos maquinários que veio, quem tem um pedacinho de terra pequena não dá pra sobreviver só com aquele pedacinho de terra. Enquanto era café ainda dava, mas depois que o café já não produzia mais por causa do clima mesmo, aí começou a mexer com a sericicultura, com o bicho da seda, mas também começou a dar muita doença e tal, e era pouca renda. Até por isso que a gente saiu da roça, porque não dava pra viver só da roça. Aí hoje a gente trabalha, não trabalha assim na roça, mas ainda tem a roça, e o Nivaldo cuida lá da roça, mas ele trabalha de pintor, né? Não tá lá na roça o dia todo, mas todo dia ele vai lá na roça e cuida do gado, né? Tem um pasto com os bezerros pra engorda, mas só disso a gente não consegue sobreviver. Aí ele trabalha de pintor e eu de funcionária pública pra conseguir uma renda pra sobreviver.

Já no caso de Antônio e Clarice. As atividades agropecuárias durante toda a vida foram a principal fonte de renda, sendo complementada apenas pela comercialização de produtos de confeitaria e panificação produzidos por Clarice para vender na cidade junto com os produtos agropecuários que eles produziam, como ovos, leite, queijo e verduras.

Quanto à distância da propriedade rural onde eles residiam do perímetro urbano: a chácara de Clarice e Antônio está situada à 3,6 km já a de Regina e Nivaldo à menos de 1km da cidade. Clarice e Antônio viviam numa região mais afastada da zona urbana e de difícil acesso quando chovia, pois os veículos atolavam no barro e não conseguiam passar. Como relata Antônio: “É, tinha dia que ficava meio intransitável mesmo. Precisava vir na cidade, a estrada não oferecia condições mesmo não”. E nas palavras de Clarice:

“Ce pensa bem, num dia daqueles que não tinha estrada, se uma pessoa ficar doente, o que que fazia, né? [...] Tinha dia que nós íamos com o carro, atolávamos lá, ficávamos lá no meio da estrada. [...] Pensa bem, um dia de noite, começa a passar mal, uma gente, só duas pessoas aqui, sozinhas, né? Aí, a gente ficava bem pensativo, né?”

O fato de não ter mais vizinhos próximos afetou a segurança de Antônio e Clarice e quando pessoas desconhecidas apareciam na propriedade deles para buscar alguma informação ou tentar vender um produto eles acabavam tendo uma certa desconfiança, como relata Clarice:

De primeiro, quando tinha mais gente lá, que tinha bastante vizinho, não, era difícil acontecer isso, né? Aí depois que nós ficou sozinho começou essas pessoas assim meio estranhas. Talvez nem pessoa má não é, mas aí a gente que mora sozinho, aí já fica cismado, né?"

Além disso, com o tempo, várias chácaras e sítios ao redor da propriedade foram arrendadas para as usinas de cana-de-açúcar o que teve um forte impacto na vida de Antônio e Clarice. De acordo com Antônio:

Na verdade, nós saímos dali por causa dos plantios de cana em volta. Aí nós fomos obrigados a sair, porque não tinha jeito, ficar morando sozinho no meio dos plantios de cana igual ficou lá. Talvez se não fosse os plantios de cana, talvez nós tínhamos continuado mais um pouco lá.

Clarice lamenta que quando eles já estavam estáveis na sua propriedade, em melhores condições, eles passaram a se sentir sozinhos e cercados pelos canaviais:

Depois que nós pôs energia, pôs água enganada, pôs tudo, começou a ter bastante criação, né? Aí não deu certo de ficar por causa que ficou muito sozinho. Além disso, as canas entrou, né? Porque quando era pasto em redor tinha bastante pessoas que tomar conta, né? Era diferente.

Quando vieram para a cidade para ajudar a cuidar da neta, que Clarice relata ter sido um motivo para virem mais depressa para a cidade: "Acho que nós mudou pra cá sem nem ver. Por causa que a sua mãe que precisava de nós pra olhara Geo, né? E aí, quando nós viu, nós já tava aqui. Nós não precisou de mudança. Nós foi trazendo com a caminhoneta, né? Você lembra?", eles tinham interesse em continuar com sua casa na zona rural e manter o gado de leite e as galinhas que criavam. No entanto, como relata Antônio: "Um dia que nós pousamos fora de casa, chegamos lá: cadê a rede elétrica? Tinha levado tudo embora". As palavras de Clarice esboçam um desabafo:

Porque nós não tava com intenção de nós fazer o que nós fez. Nós tava com intenção de vir pra cá, mas nós tava com intenção de ter nossas criaçãozinha lá, né? Continuar, ir todo dia lá, cuidar da casa, cuidar das criação. Mas com essa história deles, foi lá e fez, roubou, começou a roubar. Primeiro começaram a roubar as galinhas, [...] num dia quando nós chegou lá pra fazer a ração das criação. Cadê? Cadê energia? Cadê? Tudo... Tirou os fio da casa, tirou tudo. Lâmpada, levou tudo. Aí não deu, aí a gente desanima, né? Não tem condições, né?

Os casos de furto na propriedade rural de Antônio e Clarice foi o principal fator que os afastou das atividades agrícolas que eles pretendiam dar continuidade quando passaram a morar na cidade. Eles conseguiram manter a

lucratividade de sua propriedade apenas após decidirem arrendá-la para um conhecido que passou cultivar soja e milho.

Já Regina e Nivaldo tem a propriedade rural localizada mais próxima da cidade, por isso, os problemas de isolamento e segurança de que Antônio e Clarice se queixam não aparecem para eles, pois eles tinham muitos vizinhos. Além disso, não havia canaviais próximos, o que tem a ver com a proibição das queimadas em áreas próximas ao perímetro urbano e próximo à reserva florestal. Para eles, o principal motivo para se mudarem da cidade foi a maior facilidade no acesso ao lazer e aos cuidados necessários para a mãe de Regina. Como Regina relata:

Mas, na verdade, a gente saiu lá da chácara mesmo, assim, meio que depressa, por causa da mãe, né? [...] Quando meu pai morreu, daí a casa era um pouquinho longe, a casa dela e a, né, não ficava perto... E ela não aguentava mais vir de lá aqui a pé. Aí a gente mudou pra cá pra ela poder ir na igreja a hora que ela queria. Ela ia no posto de saúde sozinha, na igreja ela ia durante o dia, toda sexta-feira ela ia na igreja que tinha missa. Mas foi pra ela, por causa dela que a gente mudou.

E mesmo após se mudarem para a cidade Nivaldo deu continuidade às atividades agrícolas por um tempo, como ele relata, não sentiu muita falta do sítio por isso:

Não senti tanto [falta do sítio], porque ia lá todo dia, né? Continuou com o sítio lá, a chácara lá, ia todo dia lá. Quando nós mudou aqui eu ainda continuei um meio ano ainda tocando bicho da seda lá, né? Eu continuei tocando bicho da seda lá, depois que eu parei. Não senti muita falta de lá, não.

Dadas as diferenças apresentadas entre eles, pudemos fazer alguns comparativos sobre as vivências que eles tiveram na zona rural e nas motivações para eles se mudarem para a cidade. Quando questionados sobre como era a vida na zona rural os colaboradores relatam as dificuldades quando não tinham energia elétrica e saneamento básico, na falta de incentivo para os estudos e na quantidade de trabalho.

Apesar dessas queixas, os participantes relataram que o motivo para o imediatismo da mudança para a cidade foi a necessidade de cuidar de um familiar, no caso de Antônio e Clarice, para cuidar da neta enquanto a filha trabalhava e, no caso de Regina e Nivaldo, para proporcionar melhores condições de vida para a mãe/sogra depois do falecimento de seu marido.

Dessa forma, destacamos que exclusivamente através dos depoimentos foi possível acessar essas motivações pessoais para a migração e identificar a semelhança para ambos os casais. Como ressalta Fontes, a História Oral é essencial para compreender como as relações familiares podem interferir nos movimentos migratórios. Para tal, o autor cita Thomson:

Embora pressões econômicas frequentemente influenciem as decisões de migrar, testemunhos pessoais revelam uma complexa teia de fatores e influências que contribuem para a migração, além de todo o processo de troca de informações e negociação das famílias e redes sociais. (Thomson, 1999, p. 28 apud Fontes, 2020 p. 90).

Além do fator familiar, o fator da proximidade às plantações de cana-de-açúcar, que não aparece para Regina e Nivaldo, foi denunciado por Antônio e Clarice como contribuinte para o isolamento e conseqüentemente para a falta de segurança em sua propriedade. Assim, compreendemos que a cana-de-açúcar intensificou a vontade de Antônio e Clarice de se mudarem da zona rural e inviabilizou a possibilidade de eles continuarem com as atividades agrícolas que realizavam e moradia na zona rural.

3.3 SOBRE AS PERCEPÇÕES DA VIDA RURAL EM COMPARAÇÃO COM A VIDA NA CIDADE

Clarice relata abertamente sua preferência por viver na zona rural, apesar de reconhecer os benefícios de morar na cidade principalmente por estarem idosos e terem mais facilidade no acesso à saúde. Em suas palavras:

Mas que é bem mais gostoso morar no sítio. Eu gosto, não sei por quê. [...] Tem gente que prefere. Tem gente que fala quando vem, não quer nem saber mais de sítio, fica falando do sítio, eu não falo mal do sítio, que eu gosto. [...] Eu gosto porque é a natureza, porque a gente fica lá, a gente tá livre, igual um passarinho, sabe? Aqui dá a impressão que a gente tá amarrado, fica quatro paredes, fica pra lá e pra cá, você chega no portão, dá... Não tem liberdade igual no sítio. [...] Não adianta, não tem. Lá não, lá cê tá um cara ali meio tristonho, cê saia pra lá, cê andava pra um canto, cê encontrava um ninho de galinha cheio de ovo. Você tinha uma galinha gritando pra cá você já ia, você mexia com criação, você já... É tudo diferente, é diferente.

Regina cita a palavra tranquilidade, quando falam sobre as coisas que gostavam de morar no sítio e comenta sobre a qualidade do ar: “O ar no sítio é bem melhor, né, do que na cidade, né? É mais fresco também”. E Nivaldo acrescenta: “O sítio é mais fresco, né, não tem esse calorão do asfalto, lá corre mais vento, mais fresco”.

As mulheres levantam uma interessante questão no que diz respeito à vida na cidade, onde tudo se compra, diferente da vida do campo. Quando conta sobre as melhorias que tiveram quando foram morar na cidade Regina comenta: “Apesar de a gente ter que pagar pelo que a gente gasta, mas tem essa opção, né? De ter”. E Clarice aponta:

Agora tá é comprando o leite. Agora tá devolvendo. O que nós vendeu, nós tá comprando. [...] É por isso que a gente sente falta, né? [...] Porque quando

a gente tá lá no sítio, a gente tem um leitinho que a gente tira das vaquinhas da gente mesmo, né? Tem uma criação, as galinhas que a gente come, os frango, sem precisar de comprar, um ovo, né? Agora que chegou aqui, é tudo comprado, né?

Regina e Nivaldo também comentam sobre o convívio social ser maior quando residiam no campo, já eles moravam em uma vila rural e tinham vários vizinhos. Essa diferença é apresentada por eles tanto em comparação à rotina da vida na cidade, como em comparação à geração atual, pois antigamente não havia celular e acesso a outros recursos tecnológicos como atualmente. Regina relata que “A gente se encontrava e conversava bem mais do que hoje. Porque hoje fica todo mundo, cada um, no seu serviço. Sai do serviço correndo”. E Nivaldo complementa:

Chega em casa, não sai pra fora, né? Antigamente, chegava a tarde, tomava banho. Aí jantava mais cedo. Um vizinho ia conversar com o outro lá, sentava lá conversando, outro lá, ficava conversando a noite até a hora de dormir, porque não tinha televisão.

Quando indagados se gostariam de voltar a morar no campo, Clarice diz que sim e Regina diz que: “Eu tenho vontade só se fazer uma casa toda murada, daí eu até tenho vontade”. Já Antônio e Nivaldo entendem que não seria mais viável voltar para o lugar de onde vieram, Antônio argumenta:

Eu acho que de agora pra frente é impossível, né? Voltar a morar no sítio, eu acho que não tem mais jeito, não. [...] É porque pra comprar uma propriedade num lugar bom de morar não tem jeito. Lá, onde nós tem a propriedade, não dá pra morar mais. Essa é a verdade.

E por estarem idosos, Clarice reconhece: “E além disso, também tá fraco, já não tá com aquele vigor tudo que tinha, né? Que quando nós mudemos pra lá, ixe, nós enfrentava tudo que vinha. Agora, se a gente for trabalhar capaz que a gente nem aguenta muito, né?”

E na perspectiva de Nivaldo:

Eu acho que morar no sítio vai ser mas muito difícil. Eu acho que não tem vontade mais não. Já acostumou aqui na cidade, acho que agora, num... Lá no sítio é gostoso, mas só que lá é totalmente diferente. Aqui na cidade a limpeza é outra, né? É mais limpo. [...] Hoje eu fui lá no horário de almoço, tá uma ventania, uma ventania, uma terra. Aquele carreador vinha aquele monte de terra. [...] É totalmente diferente o sítio hoje.

Apesar de parecer muito distante para os colaboradores a possibilidade de voltarem a viver no campo, é perceptível que possuem um vínculo afetivo com o meio rural. Os colaboradores evidenciam os benefícios da vida no campo em comparativo a vida na cidade e apresentam elementos que justificam o gosto pela vida no campo, como a sensação de maior liberdade, a relação com os animais, a relação com a alimentação e autonomia associadas à produção de subsistência.

Ressaltamos também a percepção dos colaboradores sobre as mudanças que ocorreram na propriedade deles tornando inviável retornar, apesar disso, eles ressaltam a importância da terra como uma fonte de renda complementar mesmo depois de não residirem mais nela.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórica desenvolvida nesse trabalho permitiu compreender que o êxodo rural é resultado de processos socioeconômicos e transformações históricas que alteraram a estrutura produtiva e social do meio rural brasileiro. Além disso, ressaltamos que a modernização conservadora intensificou desigualdades e impossibilitou a permanência de pequenos produtores na terra, influenciando diretamente nos deslocamentos populacionais. No entanto, é importante destacar que o fenômeno do êxodo rural não é homogêneo, há uma gama de fatores que influenciam as migrações e diferentes vieses pelos quais podemos compreendê-lo.

A partir dessas reflexões e da análise das entrevistas, foi possível comprovar a hipótese de que o avanço da indústria canavieira, associado à precarização das condições de permanência dos pequenos produtores no campo, constitui uma das principais motivações para a migração da zona rural para a urbana, no período e localidade analisados. Esse processo está relacionado sobretudo à urbanização e industrialização da agricultura, decorrentes de uma modernização conservadora, e evidencia como mudanças estruturais impactam diretamente a vida dos trabalhadores rurais.

No entanto, é importante ressaltar que os fatores relacionados à modernização da agricultura, apesar de centrais, não são os únicos a influenciarem no processo migratório. Os depoimentos dos colaboradores possibilitaram identificar fatores relacionados à família como motivo emergente para a migração. Além disso, a falta de autonomia, a dificuldade no acesso a serviços básicos, o isolamento e a falta de segurança foram apontados como elementos que impactam o bem-estar e a motivação para continuar morando no meio rural. Desse modo, a expectativa de melhora nas condições de vida, o acesso a serviços e a proximidade com os familiares, oferecidos pela cidade, também se configuram como motivações para a migração.

Autores como Williams, Tombini, Alentejano, Oliven e Graziano da Silva evidenciam que a relação campo-cidade não pode ser pensada de forma dicotômica, pois ambos os espaços se transformam mutuamente, sobretudo a partir da modernização agrícola e da incorporação da produção rural ao modelo urbano-industrial. Desse modo, assinalamos que nos depoimentos percebemos diferentes

nuances nas perspectivas entre o campo e a cidade para cada um dos colaboradores, o que contribui para fomentar uma visão não dicotômica dessas categorias. O mesmo ocorre com o processo de modernização, que não é homogêneo e produz efeitos distintos na vida de cada um, como evidenciado no caso da cana-de-açúcar para Antônio e Clarice.

Por meio da metodologia da História Oral, ao dar centralidade à perspectiva dos próprios migrantes, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla sobre os impactos da modernização agrícola sobre os pequenos produtores. Tal abordagem evidencia que, mesmo diante de adversidades e de estruturas que dificultam a permanência no campo, os migrantes são agentes de sua própria história. A valorização de sua memória e experiência é essencial para repensar os rumos do desenvolvimento no campo, reconhecendo aqueles que historicamente sustentaram a agricultura familiar e ainda resistem.

LISTA DE ENTREVISTAS

CLARICE; ANTÔNIO. Entrevista concedida à autora. São Manoel do Paraná, 04 ago. 2024.

REGINA; NIVALDO. Entrevista concedida à autora. São Manoel do Paraná, 06 ago. 2024.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XXI. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 7, n. 2, p. 303–325, 2015. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749>. Acesso em: 23 nov. 2025.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3814ecde-600f-4458-ad5a-8fc6378d3220/content>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral.

Topoi, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x003006013>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FONTES, Paulo. História Oral e história social do trabalho: os migrantes nordestinos em São Paulo entre os anos 1940 e 1960. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *História oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 81-105.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados*, [S. L.], v. 15, n. 43, p. 173-184, dez. 2001. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142001000300014>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-10, jul./set. 1993.

HARTWIG, Marisa. Migração campo-cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: *Anais do SIFEDOC – Eixo 1: Contradições e perspectivas da globalização na educação dos trabalhadores*, [s. l.], 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em:

<https://eventosunioeste.unioeste.br/images/Default/anais/sifedoc/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: cartograma da cana-de-açúcar por área colhida. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76593. Acesso em: 24 nov. 2025.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: cartograma da cana-de-açúcar por área colhida — Paraná. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=41&tema=76593. Acesso em: 24 nov. 2025.

IBGE. Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Agência de Notícias, 29 nov. 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13937-asi-censo-2010-populacao-do-brasil-e-de-190732694-pessoas>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IBGE. Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. Agência de Notícias, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IBGE. Produção agrícola municipal – Culturas temporárias e permanentes: séries históricas. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 24 nov. 2025.

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2010. v. 1, 76 p. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788579820014>. Acesso em: 23 nov. 2025.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 30 nov. 1996. Semestral. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n5xx0v0s>. Acesso em: 23 nov. 2025.

TOMBINI, Débora Aparecida; SAQUET, Marcos Aurélio. Migração e relação campo-cidade. 2014. Trabalho apresentado no VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a Questão Agrária no Paraná. Disponível em: <https://memoria.apps.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/MIGRA%C3%87%C3%83O-E-RELA%C3%87%C3%83O-CAMPO-CIDADE.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025